

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

“OS FILÓSOFOS APENAS INTERPRETARAM O MUNDO DE DIFERENTES MANEIRAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMÁ-LO”



Emancipação Socialista



(11) 95675-2133

Nº 18

15/06 a 14/07 de 2022

R\$ 2,00

A Classe Trabalhadora precisa mostrar sua força



**DOM E BRUNO,
PRESENTES!**

**MÚSICAS SERTANEJAS E
O AGRONEGÓCIO**

**O SER PROFESSOR NA
ESCOLA PÚBLICA**

ENCARTE DE FORMAÇÃO

**O QUE SÃO CLASSES
SOCIAIS?**

**A POLÍCIA QUE TORTURA
E MATA**

**ISRAEL, UM ESTADO
REACIONÁRIO**

**LEVANTE POPULAR NO
EQUADOR**



DOM E BRUNO: MAIS HOMICÍDIOS DOS CRIMES AMBIENTAIS

O brutal crime que vitimou o indigenista Bruno Araújo Pereira, servidor licenciado da FUNAI, e o fotógrafo inglês Dom Phillips, que escrevia um livro sobre a Região Amazônica, chocou a opinião pública internacional. Os restos dos corpos foram encontrados após o desaparecimento em 05 de junho na região do Javari, na Amazônia.

O assassinato de Bruno e de Dom é consequência da política desenvolvida pelo governo Bolsonaro. Desde a mineração, pesca e o garimpo ilegais nas reservas indígenas, assim como o extrativismo desenfreado e o desmonte da FUNAI, passando pelo tráfico de drogas, tudo isso deu um salto de qualidade no mandato do atual presidente, que sempre procurou facilitar os lucros dos capitalistas das mineradoras, madeireiras e do agronegócio.

Os irmãos Amarildo da Costa de Oliveira, o Pelado, e Oseney da Costa dos Santos assumiram o crime. Amarildo já tinha sido apontado como um dos autores de diversos atentados em 2018 e 2019, na Base de Proteção da FUNAI, no Vale do Javari e também ameaçou Bruno antes do assassinato, inclusive com tiros.

Bruno, segundo a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, recebia constantes ameaças de madeireiros, garimpeiros e pescadores. A impunidade, marca desse governo cuja base social tem os criminosos milicianos, criou as condições para mais este bárbaro crime. Há três anos, outro indigenista, Maxciel Pereira dos Santos, foi morto e o crime permanece impune. O líder indígena Sarapó Ka'apor, morto aparentemente por

causas naturais em 14 de maio, teve seu corpo exumando por suspeita de assassinato. Ele era mais um engajado na luta contra o garimpo e as madeireiras na região de São Luís.

Estas mortes não importam para Bolsonaro. Como não houve lamento no terrível caso da menina ianomâmi de 12 anos morta após ser estuprada por garimpeiros e da criança de três anos que caiu de um barco e desapareceu enquanto a tia tentava salvar a menina das garras dos estupradores. A seguir 24 indígenas da aldeia ianomâmi de Aracaçá sumiram, provavelmente em fuga. A desorganização de sua vida social não é um problema para o governo federal que fez da Funai, não mais um órgão de proteção das culturas e vidas dos povos indígenas, mas um aparelho a serviço da sanha capitalista do agronegócio.

Haja vista, as declarações lamentáveis de Bolsonaro, após ser noticiado o sumiço de Bruno e Dom: “partiram em uma aventura”. A violência no campo e florestas brasileiras é tão antiga quanto o contato com os colonizadores. Chico Mendes e Dorothy Stang foram ambientalistas mortos por ousarem se opor aos interesses do Capital. A barbárie, porém, nunca havia sido tão assumida por um presidente. Chocados, brasileiros e o restante do mundo assistem à evidente indiferença com relação a estas duas mortes por estarem em campos políticos opostos.

Bolsonaro não é capaz de entender a importância que os indígenas isolados têm para o Meio Ambiente hoje e para a vida humana do futuro. Ele só enxerga o presente em seu desejo de manter os lucros dos ricos.

CHUVAS EM PERNAMBUCO E AS TRAGÉDIAS SOCIAIS

Como sempre pontuamos, as chamadas tragédias naturais que acometem as regiões mais pobres, ocorrem por diversos fatores como alteração do clima devido ao aquecimento global, falta de políticas adequadas de moradia e planejamento urbano, serviços de assistência social e da Defesa Civil insuficientes para dar conta de organizar famílias em situação de risco de calamidade e de oferecer oportunidades adequadas para lidar com essa situação... Enfim, a sociedade capitalista produz tragédias, mata trabalhadores e fala que são “eventos naturais” e como se fosse resultado do comportamento humano.

Para nós socialistas, a questão decisiva está, não no comportamento dos indivíduos, mas no modo de produção em sua totalidade, ou seja, todos os problemas ambientais (e principalmente suas consequências) decorrem dessa produção que só visa o lucro, sem nenhuma preocupação com qualquer forma de vida.

Nesse último período, o estado do Pernambuco, após intensas chuvas, teve diversos deslizamentos de terra e inundações na Região Metropolitana do Recife que culminou com mais de 10 mil pessoas desabrigadas e 129 que perderam a vida.

Assim reafirmamos nossa convicção de que se não superarmos o capitalismo não haverá possibilidades de transformarmos a natureza em um modo adequado à sobrevivência dos humanos.

Prestamos nossa solidariedade aos trabalhadores que sofrem com essas condições que expõem ao risco constante as suas vidas devido a uma sanha imobiliária que não possibilita moradia em locais e condições adequados.

O jornal **Consciência de Classe** é o órgão de imprensa da organização Emancipação Socialista. Os artigos assinados expressam a opinião dos autores. Estamos abertos a contribuição de texto de ativistas de esquerda mesmo de caráter crítico às nossas posições.

Emancipação Socialista é uma organização formada por trabalhadores e trabalhadoras. Atuamos na luta de classes com o objetivo de construção do socialismo. Temos como referência o marxismo, um método vivo para a análise da realidade e da prática revolucionária.

Também nos apoiamos nas elaborações de outros marxistas revolucionários que contribuíram para o enriquecimento dessa teoria e da prática militante. Se tiver interesse em conhecer melhor nossas posições entre em contato por um dos canais das redes sociais.

SERTANEJO: O BRAÇO CULTURAL DO BOLSONARISMO

FARRA COM DINHEIRO PÚBLICO DE PREFEITURAS PEQUENAS FINANCIAM O GÊNERO MUSICAL

Vídeos circulando na internet, em que o cantor Zé Neto, da dupla sertaneja com Cristiano, ironizou a Anitta e a Lei Rouanet, foi o estopim para o início da crise dos cachês envolvendo os artistas sertanejos. O próprio Zé Neto atacou a Lei Rouanet em um show em que recebeu na pequena cidade de Sorriso, no Mato Grosso, cidade com pouco mais de 92 mil habitantes, um cachê de 400 mil.

Em função dos protestos na internet que pediram a “CPI do sertanejo”, os Ministérios Públicos de Roraima, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, começaram investigações sobre shows milionários bancados por prefeituras pequenas com a presença de artistas do gênero, em particular, do cantor Gustavo Lima. No empobrecido município de Teolândia, na Bahia, com pouco mais de 12 mil habitantes e que foi duramente castigado pelas chuvas no final de 2021, o cachê do cantor foi orçado em R\$ 704 mil. Já em Magé, o valor pago ao sertanejo chegou ao valor de R\$ 1 milhão, dez vezes a mais do que é investido pelo município fluminense em atividades culturais.

Depois da publicidade em torno dos cachês milionários, Gustavo Lima teve a sua apresentação em Conceição do Mato Dentro (MG), município com cerca de 17 mil habitantes, suspensa, show que lhe renderia um cachê de R\$ 1,2 milhão, dinheiro este que deveria ser direcionado à saúde e à educação. Revoltado com o fato, o apresentador de um show de Gustavo em Brasília citou "Deus, pátria e família", lema do presidente Jair Bolsonaro e gritou: "Aqui nunca vai ser comunismo!".

Vendo-se no centro de uma polêmica nas redes sociais, o cantor apelou e chorou na internet, falando da sua trajetória de menino que trabalhou na lavoura e que alçou o estrelato,

ganhando dessa forma a solidariedade, de ninguém mais, ninguém menos, do senador Flávio Bolsonaro, o mesmo que fez fortuna com o esquema de “rachadinhas” no seu gabinete, empregando parentes e milicianos.

O “EMBAIXADOR DO AGRONEGÓCIO”: DE MENINO POBRE A MILIONÁRIO

Há duas décadas, Gustavo Lima cantava no interior de Minas Gerais por um cachê de R\$ 35,00. Hoje é acionista em empresas do ramo alimentício e de telemedicina. Também é dono de fazendas em Minas Gerais e Goiás, sócio do Frigorífico Goiás, que há um mês prestou homenagem a Jair Bolsonaro, com o voo de um helicóptero pintado com o rosto do Bozo.

Além disso, o cantor sertanejo possui um jatinho de R\$ 250 milhões, iates e uma mansão de 15.000 m², muito similar a um clube ou a um condomínio, com lago de pesca, quadras de esporte, academia de ginástica, spa, estúdio fotográfico. A garagem é enfeitada com a coleção de carros: Lamborghini, Ferrari, Porsche, Mercedes Benz, Cadillac e Lincoln.

Por trás desse enriquecimento de Gustavo e de outros cantores sertanejos, está o agronegócio: no lugar do velho “jabá” (propina ao radialista) para execução de uma música no rádio, o agronegócio aprimorou e comprou as rádios. Fora a promoção de feiras pecuárias, onde o gênero é a atração, e a compra de emissoras de televisão para que sejam executadas as músicas sertanejas nas novelas.

O resultado disso tudo é que das dez músicas mais tocadas no aplicativo de música Spotify, nove são sertanejos universitários, tudo pobre melodicamente e letras nada originais que só falam de balada, bebedeira e traição, que ajudam a alienar culturalmente ainda mais as pessoas e que mostram como um sucesso é produzido e não natural.



Enquanto isso, a forte bancada do agronegócio no Congresso, aliada de Bolsonaro, fecha os olhos e incentiva a violação da legislação ambiental, a expansão da fronteira agrícola e a invasão de terras indígenas, onde se promove o garimpo e assassinam os povos nativos e onde desaparecem pessoas que denunciam esse processo como o jornalista inglês Dom Phillips e o servidor licenciado da Funai, Bruno Pereira.

Em resumo, os “bons moços” sertanejos, muitos de origem humilde e que ascenderam socialmente com ajuda de patrocinadores (que ajudam abrir os cofres de prefeituras aliadas políticas), legitimam na indústria cultural os seus ricos incentivadores, os empresários do agronegócio: aqueles que têm larga ficha criminal e as mãos sujas do sangue de povos indígenas, comunidades quilombolas, pequenos agricultores, sem terra, ambientalistas etc.

LEI ROUANET NÃO É REFERÊNCIA PARA POLÍTICA CULTURAL

Apesar de muito criticada por artistas bolsonaristas, é preciso dizer que a Lei Rouanet nunca foi uma referência de financiamento público à cultura. As isenções fiscais aos empresários para fomento das atividades do setor cultural sempre foram muito mais vantajosas aos primeiros do que ao segundo.

A cultura deveria sim ser financiada com verbas públicas, como a saúde e a educação, sem contrapartidas. Infelizmente, isso não ocorre porque mais da metade dos recursos públicos do país vai para pagar a dívida pública aos bancos, desviando desta maneira as verbas públicas que deveriam estar voltadas para cultura, saúde e educação públicas, saneamento básico e habitação popular, mas vão para banqueiros e especuladores.

VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA A CLASSE TRABALHADORA

Há poucos dias, um homem negro portador de necessidades especiais que, supostamente, teria resistido à abordagem policial foi assassinado, asfixiado com gás no porta-malas de uma viatura no Sergipe. Na Vila Cruzeiro, 23 pessoas foram mortas em uma operação da PM, a segunda mais violenta do RJ na pandemia, abaixo apenas da ocorrida no Jacarezinho que, em 2021, causou 29 vítimas. Há cerca de três anos, policiais cravejaram de tiros o carro de um músico negro e o mataram. Por quê? Confundiram com o carro de um bandido.

O mundo parou por causa da morte, também por asfixia, do negro George Floyd nos Estados Unidos em 2020. As polícias de todo o mundo são racistas porque o Capitalismo é racista.

A POLÍCIA É VIOLENTA EM SUA ESSÊNCIA

Poderíamos dizer que a truculência da polícia do Brasil acontece por causa do nosso passado escravocrata, já que os principais alvos da perseguição policial são os descendentes de escravos. E que a polícia faz no cotidiano da vida social é a mesma coisa que o Exército faz em guerras e conflitos. Todos sabem como, em 1897, o Exército Brasileiro dizimou a Vila de Canudos, revoltosos contra a República que ousou uma experiência de vida comunitária e plena igualdade, sem precisarem ter lido os marxistas. A violência contra seu próprio povo está inscrita na História do Brasil.

A polícia, porém, é violenta não apenas aqui e nos países que passaram pela escravidão. A polícia de Israel prende crianças palestinas e

é extremamente violenta contra quem se manifestam contra opressão estatal, por exemplo.

Na Ditadura Civil Militar brasileira militantes da esquerda foram covardemente torturados. Muitos dos assassinados sob tortura foram considerados desaparecidos ou suicidas. Os crimes do Estado praticados naquele período nunca foram devidamente apurados e punidos, tendo havido anistia dos torturadores

Os policiais consideram normal torturar para conseguir confissões. A presunção de inocência, que é um dos itens do estudo de Direitos Humanos dos cursos preparatórios para a ingresso na instituição, não é observada: pobres e negros são pensados como culpados ou aliados de bandidos, pessoas sem importância cuja dor e medo não importam.

A polícia tortura também para punir (em vez de cumprir a lei) ou para extravasar a raiva, como aconteceu com a morte emblemática do sequestrador do ônibus 174 em 2000 no Rio de Janeiro. Ele estava neutralizado, mas não chegou vivo ao hospital, como tantos outros que caem nas mãos dos policiais.

O BRAÇO ARMADO DO ESTADO

A polícia é a força repressiva do Estado, criada para perseguir os que cometem delitos contra o mais sagrado valor da burguesia: a propriedade privada. Para protegê-la, o capital não se importa com a infância do filho do trabalhador, com a vida do jovem que sonha em estudar e ter um emprego.

O objetivo nunca foi acabar com os bandidos numericamente. A fábrica de crimes, já se sabe, está em pleno funcionamento: é a miséria, o desemprego, a falta de acesso à Escola e à Saúde. O ódio aos pobres, duramente reprimidos com as entradas violentas em favelas e os confrontos que só entre 2017 e 2019 mataram 2215 crianças e adolescentes, no país tem efeito



pedagógico para que massas saibam que não têm a quem recorrer.

O Estado, como definiu Engels, é o resultado da necessidade da classe dominante para exercer seu poder. Todas as instituições que surgiram para garantir o aparato estatal servem para a manutenção das desigualdades.

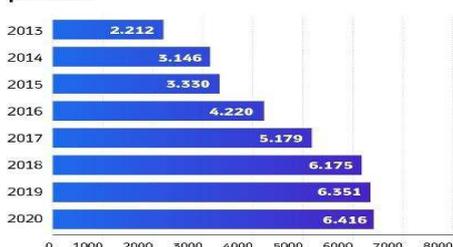
A POLÍCIA NUNCA SERÁ DIFERENTE

Alguns policiais se congregam em grupos antifascistas, pelo fim da Polícia Militar (o que precisa acontecer!!!) e defendendo a descriminalização das drogas. O fim da polícia como um todo só poderá acontecer em uma sociedade comunista em que a população seja seu próprio juiz e julgue aqueles que se desviem das leis, sob uma lógica da igualdade e não da opressão de classe. Certamente será uma sociedade com muito menos criminosos pois haverá prosperidade.

O Estado nunca vai ser justo com seus pobres. O do Brasil, especialmente, é marcado por um profundo sentimento de usurpação do que é público. Por isso os policiais têm tanto orgulho de seu prazer em dizimar crianças considerando-as “vagabundinhos, filhos de vagabundas”. Querem ganhar mais que os outros servidores. Bolsonaro, que ataca todo o funcionalismo público, deseja que apenas juizes, militares e polícia tenham estabilidade.

Bolsonaro não tirou isso da cabeça dele. É o projeto neoliberal de Estado Mínimo, composto apenas do que precisa para não deixar de ser desigual e burguês: caçar, prender e matar. Quando o policial entra nas favelas, não pensa que ali vivem famílias, que crianças precisam brincar e ir à escola. A cultura da tortura não concebe que a classe trabalhadora tenha dignidade.

Mortes por intervenção policial no Brasil, por ano



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

COMO SER UM PROFESSOR NA ESCOLA PÚBLICA

Ser educador/a, por si só, já é uma tarefa difícil, é nadar contra a maré. Agora, se é educador/a em uma escola pública da periferia é nadar contra a maré e também contra toda a correnteza, que puxa para o lado oposto ao que se tenta nadar.

A escola pública carrega diversos problemas, desde a estrutura física dos prédios até questões do ensino-aprendizagem e os “exteriores” que acometem alunos/as.

Em relação aos problemas “internos”, sendo o primeiro, a própria formação dos alunos/as e a prática propriamente dita de professores, a escola carrega em sua base a pedagogia liberal. Ou seja, uma pedagogia voltada para os resultados, porém, quais resultados? A formação como “mão de obra” e com ensino técnico-mecanicista para alunos/as da rede pública, enquanto é posto de lado o ensino mais aprofundado cientificamente, contribuem para alienar às questões científicas e para aprender a se virar como “mão de obra”.

Com o Novo Ensino Médio, essa tática vai se manter ainda mais potente, uma vez que a metodologia liberal proposta pelos governos da burguesia busca criar no imaginário dos alunos/as que não são “mãos de obra”, mas, sim, que poderão ser empreendedores/as.

Empreendedores/as, mesmo quando realizam trabalhos insalubres, são entregadores de aplicativos, têm emprego registrado sem nenhum direito, são colaboradores da empresa, etc. Termos que carregam práticas ideológicas e criam no imaginário, junto com disciplinas do Novo

Guilherme Siqueira- Prof^o. da Rede Estadual

Ensino Médio, a vontade em meio à crise econômica e a necessidade pós Covid-19 de se tornarem empresários/as ou coisa parecida.

Portanto, em relação à Educação em si, esses problemas trazem uma formação vazia e alienante, ou seja, um ensino defasado do começo ao fim.

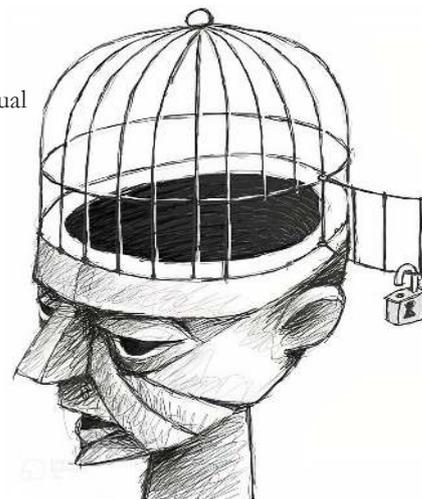
Outro fato não menos importante, um outro problema estrutural da escola pública, é a condição de trabalho de professores/as, ou seja, de ensino em sala de aula. Em relação ao espaço físico, as escolas carecem de reformas e reformas, vidros quebrados, paredes danificadas, vazamentos, falta de segurança, etc. Em relação ao ensino, os aparelhos de tecnologia como televisões, computadores e outros precisam ser trocados (não pegam, estão deteriorados, sem sinal de conexão). Já em relação às lousas e carteiras é o mesmo problema, muitas danificadas e quebradas (de alunos e professores). Há, ainda, escolas que faltam papel higiênico, objetos para higiene pessoal, contra Covid-19, etc. tanto para professores quanto para alunos.

Existem escolas necessitando de reformas urgentes e nada acontece, desde funcionários/as da limpeza da escola até a direção trabalham como dá, como podem devido à falta de verbas nas escolas.

Portanto, os professores precisam trabalhar, na maioria dos casos, em condições insalubres, às vezes, sem giz. Ou seja, o problema estrutural da escola pública, em vários aspectos, é um projeto por parte do governo.

As escolas públicas,

principalmente, de regiões periféricas estão cada vez mais distantes da comunidade, isso se reflete também na relação com os alunos/as que são parte das comunidades ao redor da escola. A escola não



conversa com a comunidade, não anda na comunidade, não chama a comunidade para dentro e, cada vez mais, até espanta essa comunidade.

A escola é um braço do Estado, uma vez que carrega suas ideologias e suas estruturas. Claro que existem profissionais dentro da escola que nadam contra a maré, mas, ainda assim, existe toda uma estrutura para ser quebrada. Sendo assim, qual é o modo que a escola opera nessas regiões em que está inserida, incluyente ou excluyente? Atuante ou Passiva? Autoritária ou democrática?

São muitas as questões que permeiam a escola pública. Ser educador/a em uma escola pública é uma tarefa muito difícil, especialmente para quem está chegando. Têm momentos de realizações quando se conquista alunos/as e é desenvolvido trabalhos de conscientização social e humana em sala de aula e no bairro com a participação da maioria de alunos/as.

Porém, é necessário pensar uma escola libertária, uma escola com pedagogia/metodologia libertadora e Freiriana, em que alunos/as são, sobretudo, parte principal do pensamento científico e não somente, receptores de conteúdos tecnicistas sem senso crítico algum como na escola atual. É mais que necessário transformar esse ambiente escolar, abrir caminhos para a juventude da classe trabalhadora. Só após a revolução transformaremos a escola a partir da raiz dos problemas, mas é urgente que professores/as e alunos/as impulsionemos uma Educação, essencialmente, libertária e anticapitalista.

% Sofreram pessoalmente violência em suas escolas no último ano (total tipos de violência estimulados)				
	ESTUDANTES		PROFESSORES	
	2017	2019	2017	2019
Agressão verbal	27%	17% ↓	44%	48% ↑
Agressão física	9%	7% ↓	5%	5%
Furto / Roubo	6%	4% ↓	6%	8% ↑
Bullying	13%	22% ↑	8%	16% ↑
Discriminação	3%	6% ↑	9%	15% ↑

Pesquisa realizada pela APEOESP. Os dados são de antes da pandemia

O ESTADO DE ISRAEL SEGUE CUMPRINDO SEU PAPEL REACIONÁRIO

Nas últimas semanas, exemplarmente, a morte de duas mulheres trabalhadoras da imprensa mais uma vez choca quem acompanha a longa agonia do povo palestino. No dia 12 de maio foi assassinada a jornalista palestino-americana da rede al-Jazeera Shireen Abu Akleh, quando forças israelenses dispararam deliberadamente contra ela com um tiro na cabeça enquanto cobria ataques do Exército israelense na cidade de Jenin, no norte da Cisjordânia ocupada. Destaca-se que a jornalista vestia um colete escrito “imprensa” e mesmo assim foi baleada por trás, indicando que estava tentando fugir enquanto as forças israelenses atiravam e não havia qualquer combate ativo na região. Trata-se de uma morte deliberada visando impedir as informações sobre chacinas israelenses, criticadas mesmo na imprensa burguesa.

Vinte dias após, foi a jornalista Ghufuran Harun Hamid Warasneh, com um tiro no peito, quando se dirigia para o seu primeiro dia de trabalho na área jornalística, na cidade palestina de Hebron (Cisjordânia ocupada). Em ambos os casos as tropas de Israel dificultaram a chegada das equipes médicas, demonstrando ser um *modus operandi*.

Esses trágicos exemplos representam uma fração da tragédia global da ocupação israelense estabelecida desde 1948 (ver cronologia especial que complementa esta matéria no site da Emancipação Socialista). Desde então, milhares de palestinos foram expulsos de seus territórios. A perseguição nazista e os milhões de judeus mortos na Guerra facilitaram a propaganda do sionismo (setor mais reacionário do judaísmo)- de que os judeus precisavam de um lar e ele era no lugar onde os palestinos moravam há milênios.

Mas logo Israel tornou-se um Estado reacionário e com forte apoio das potências imperialistas que financiam um amplo sistema de segurança para garantir sua

sobrevivência enquanto Estado.

Israel é um Estado que se impôs pela guerra e que se estabeleceu em meio a esse cenário. Assim, mobiliza todas as suas capacidades e recursos militares para garantir a sua soberania ultrarreacionária. É a 18ª força armada mais poderosa do mundo (dados do *Global Firepower* em 2022), apesar de suas reduzidas dimensões territoriais, e destina às despesas militares mais de 5% de seu PIB, aproximadamente 23 bilhões de dólares por ano. Tal poderio bélico foi construído como forma de se impor pelo poder-força, combinando recursos financeiros internos com contribuições dos países imperialistas, como os Estados Unidos. Esse apoio tem o objetivo de colocar Israel como “representante do imperialismo na região”. Apesar dos conflitos constantes é o representante colonialista e imperialista que mantém sob o chicote do capital os povos que cercam o antigo território palestino.

A CLASSE TRABALHADORA APÓS A NAKBA

Nakba é um termo árabe que significa “catástrofe” ou “desastre”. É utilizado para se referir a ocupação da antiga Palestina e a expulsão do seu povo através do plano sionista de um Estado judeu em conluio com as principais potências, inclusive do stalinismo. O chamado bloco soviético empenhou seu apoio à causa sionista do Estado judeu na prática até o início da década de 1950.

Cerca de 156.000 palestinos permaneceram no que se tornou Israel em 1948, os quais tinham seus movimentos controlados e as autoridades israelenses regularam rigidamente seus movimentos e empregos fora de suas aldeias. Fato bastante desfavorável à organização da classe e, obviamente, à vida sindical, amplamente controlada pelo Estado judeu.

A lógica reacionária e ultra repressiva aos não judeus (milhares de pessoas consideradas como não-cidadãs ou cidadãos de segunda classe



no território israelense) tem como objetivo impedir a organização da classe trabalhadora, tanto a israelense quanto a árabe-israelense. Assim, a Nakba dispersou e enfraqueceu a classe trabalhadora (árabe-israelense) ao mesmo tempo em que Israel se consolidava como estado pró imperialista e reacionário.

Ressalte-se que mesmo no Egito, um dos opositores históricos à formação do Estado de Israel, as greves também se tornaram ilegais no período no qual Gamal Abdel Nasser governou: tal restrição se aplicou à Faixa de Gaza controlada pelos egípcios nas décadas de 1950 e 1960.

OS TRABALHADORES NOS TERRITÓRIOS OCUPADOS DESDE 1967

Apesar da crise brutal e dos constantes ataques militares, os palestinos seguiram como uma parcela importante da força de trabalho nos territórios ocupados. Após a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza (consequência da guerra árabe-israelense de 1967), dezenas de milhares de palestinos desses territórios passam a trabalhar em Israel e, dramaticamente, parte destes acabam trabalhando na construção de novos assentamentos judaicos e a consequente dispersão e limpeza étnica dos palestinos.

A quantidade de trabalhadores só cresceu nas décadas seguintes. Somando os ‘permitidos’ e os ‘sem permissão’ supõe que são aproximadamente, um terço da força de trabalho assalariada palestina.

As condições de trabalho eram precárias e com poucos direitos sindicais e sociais, inclusive muitos recebiam menos de um salário mínimo legal, mas fazer greve para remediar isso estava fora da normalidade institucional.

No final dos anos 1970, as quatro principais facções políticas palestinas – Fatah, a Frente Popular para a Libertação da Palestina, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina e o Partido Comunista – tinham como principal política a luta de libertação nacional, pois para a maioria destes dirigentes a ocupação era um problema maior do que o capitalismo, algo como primeiro a luta pelo Estado palestino e depois a luta de classes.

Mesmo com essa situação ocorreram várias greves na Cisjordânia até o final da década de 1980, com destaque aos trabalhadores da educação. A Primeira Intifada de 1987-1991 teve muitas greves -equivalentes a uma greve geral- na Cisjordânia e na Faixa de Gaza como parte da luta contra a ocupação reforçando as reivindicações dos trabalhadores palestinos.

Em janeiro de 2021, oitenta trabalhadores palestinos entraram em greve na fábrica de filtros de água Yamit no parque industrial Nitzanei Shalom, onde todos os proprietários são israelenses. Haviam se organizado como um sindicato de esquerda israelense independente chamado Maan, o único sindicato disposto a se organizar nesta situação politicamente difícil. Nesse território as leis trabalhistas israelenses não protegem os trabalhadores palestinos, pois “tecnicamente” não trabalham em Israel, o que significa mais exploração. A paralisação foi uma espécie de “aperitivo” para a greve geral palestina de 18 de maio do mesmo ano.

Em um dos materiais de divulgação o tema da luta contra a ocupação tem muita força: “Aqui, de toda a Palestina ocupada, lhe pedimos que se una à nossa greve geral e dia de ação na terça-feira, 18 de maio. Partindo de Jerusalém e se estendendo por todo o mundo, pedimos seu apoio para manter este momento de resistência popular sem precedentes. Enquanto os bandos colonialistas e a ocupação israelense continuam uma campanha de violência e limpeza étnica contra o nosso povo em Sheikh Jarrah, Gaza e mais além, continuaremos nosso levante popular até que conquistemos a libertação de nossas terras e de nosso povo”.

Além da greve geral, estava colocado mais um dos tantos embates entre Israel e Hamas. No dia 10 de maio mais de

duzentos palestinos haviam morrido em função de bombardeios israelenses contra Gaza. Dias antes o Hamas lançou foguetes contra Israel como resistência aos planos de expulsão de palestinos em Jerusalém Oriental e por ataques israelenses à mesquita Al-Aqsa. Mais uma ação que pode ser qualificada como ‘terrorismo de Estado’.

No dia da greve, as ruas ficaram desertas nas áreas de maioria árabe em Israel e nos territórios ocupados. Segundo a direção da greve, mais de 90% dos negócios não abriram em bairros árabes na cidade de Haifa. Na Cisjordânia, houve adesão em cidades como Hebron, Jenin e Nablus. Palestinos num clima de unidade se reuniram em praças para agitação e criticar as políticas do governo colonialista israelense.

Foi uma demonstração importante da possibilidade de uma luta ampla e que unificou os territórios e as diversas facções palestinas mesmo em um contexto bastante difícil

OS TRABALHADORES NA FAIXA DE GAZA

A Faixa de Gaza é um território palestino localizado a oeste de Israel, na fronteira com o Egito. Marcada pela pobreza e superpopulação, tem 1,7 milhões de habitantes e está lotada de favelas em uma área de menos de 40 km de extensão. A vida é duríssima.

Em 1967, a região foi tomada por Israel na Guerra dos Seis Dias e, em 2005, entregue aos palestinos para fazer parte do Estado da Palestina. Mas, até hoje a autonomia de Gaza é relativa porque boa parte das fronteiras, territórios aéreos e marítimos estão sob controle israelense.

Com a vitória eleitoral do Hamas em 2006, as restrições impostas por Israel à população de Gaza ficaram ainda mais duras, com bloqueios que dificultam o abastecimento de produtos básicos, como remédios e comida, para a população mais pobre. Além disso, há cortes de energia frequentes e faltam serviços básicos como saúde.

A economia local está em frangalhos. Também há restrições para atividades como agricultura e pesca. A taxa de desemprego ultrapassa os 40%: cerca de 20%

de seus habitantes vivem em situação de profunda pobreza sendo que a renda por habitante se situa em torno de 1.400 dólares/ ano.

Diante dessa situação muitos palestinos vão trabalhar em Israel, em funções de menor remuneração, atuando como entregadores, pedreiros ou atendentes em comércios e restaurantes mesmo com formação superior. Sem direitos trabalhistas e com salários variando entre US\$78 e US\$218, bem abaixo que um trabalhador israelense ganha, mas acima do que se ganharia em Gaza. Cobertura contra acidentes – importante para quem se desloca por grandes distâncias para trabalhar-, apenas se seu empregador concordar em pagar pelo seguro, o que raramente acontece.

A partir de 2019, o sionismo voltou a conceder permissões para homens casados com mais de 26 anos que atendam a certos critérios de segurança, afinal, os palestinos são importantes para girar a roda do capitalismo judeu. Nos últimos meses, as autoridades israelenses emitiram 12.000 autorizações que se somam aos mais de 133 mil palestinos atualmente nesta situação: seus ganhos sustentam uma população de mais de meio milhão de pessoas fora das fronteiras israelenses. 92% da economia palestina depende de pequenos negócios e de trabalhadores palestinos que trabalham em Israel.

Mesmo antes da crise pandêmica, esses milhares de trabalhadores estavam sujeitos às discriminações das ‘autoridades’ como a famigerada “permissão de movimento”. Nos pontos de entrada para Israel, onde milhares tentam cruzar diariamente, sofrem humilhações e quando entram não gozam dos mesmos direitos dos israelenses. Há ainda os intermediários israelenses e palestinos – máfias que os forçam a pagar taxas astronômicas para conseguirem autorização para simplesmente atravessarem a fronteira.



Na pandemia, o governo israelense continuou permitindo a entrada destes trabalhadores em seu território. Ao mesmo tempo, houve a intensificação do monitoramento e da repressão. São verdadeiras fronteiras de apartheid que não apenas segregam palestinos de israelenses judeus, mas também privilegia palestinos jovens e capazes, teoricamente mais produtivos.

A luta dos palestinos alijados de suas terras e dignidade só vai ser vitoriosa com a derrota política do Estado israelense. Mas, há um problema, pois as lideranças tradicionais como a direção da OLP e da ANP, abandonaram a mobilização de massas armada como métodos centrais de enfrentar a ocupação priorizando acordos, negociações e compromissos

com os sionistas (a maioria nunca cumpridos).

UM OU DOIS ESTADOS?

A saída socialista e revolucionária deve ser a **construção de um Estado laico, democrático e que congregue o proletariado multiétnico no território da Palestina**, onde todos possam viver em paz, independentemente de sua religião, origem étnica ou posição política. Tal visão está ligada estrategicamente a constituição de uma Federação Socialista entre os povos da região, o que pressupõe derrotar a potência militar israelense.

Para mudar essa realidade é preciso fortalecer todas as formas de luta

contra a ocupação israelense e apoiar o direito legítimo à resistência do povo palestino contra as forças israelenses e fortalecer a unidade dos trabalhadores articulados ao movimento antissionista que existe em Israel.

O Partido Comunista de Israel, o Centro de Informação Alternativa, o Movimento Filhos da Terra são organizações que têm membros israelenses contrários à ocupação e a favor de um Estado palestino. Será preciso lutar, ao mesmo tempo, pela construção deste Estado multiétnico abrindo condições favoráveis a isso e também superar politicamente a OLP e a ANP favoráveis a organização de dois Estados, como definido pela ONU em 1947.



NOVA MOBILIZAÇÃO POPULAR NO EQUADOR

Enquanto fechávamos essa edição do Consciência de Classe, deu início a “Paro Nacional” por tempo indeterminado convocado pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), principal organização popular do país.

Depois de importante rebelião popular em 2019, essa é a primeira mobilização em nível nacional e já alcança várias províncias, com fechamento de rodovias e com a previsão de uma marcha até Quito, capital do país. Camponeses e estudantes em protestos contra os cortes no Orçamento da Educação pública se somaram à mobilização.

Com a grave crise social a tendência tem sido de crescimento e radicalização. Em vários locais ocorreram fortes repressões. Em 4 de junho, Leonidas Iza Salazar, principal dirigente da CONAIE, foi preso. Mas, a pressão do movimento de luta obrigou o Judiciário a libertá-lo.

Há dois pedidos de “revocatória” (igual a impeachment no Brasil) de mandato do presidente Lasso (empresário e líder da direita equatoriana) e um do vice-presidente Alfredo Borrero, que estão sendo analisados pelo Conselho Nacional Eleitoral do país. O mandato deles, com pouco mais de um ano, segundo pesquisas, 80% dos equatorianos os consideram como ruins ou péssimos.

O QUE A POPULAÇÃO MOBILIZADA EXIGE?

O movimento exige do governo várias medidas para combater a crise social e favorecer o povo, ao contrário das medidas recentes que favorecem os ricos com suas empresas e multinacionais. Como:

- Redução e congelamento de preços dos combustíveis com diesel a US\$ 1,50 e gasolina a US\$ 2,10. Subsídio para quem necessita: agricultores, camponeses, transportadores, pescadores, dentre outros;
- Moratória de, ao menos, um ano e renegociação de dívidas das famílias, redução da taxa de juros no sistema financeiro (bancos públicos, privados e cooperativas). Não ao confisco de casas, terrenos e veículos por falta de pagamento;
- Preço justo para produtos agrícolas como leite, arroz, bananas, fertilizantes, batatas, milho, etc., e que garantam sustento para milhões de pequenos e médios agricultores para que continuem a produzir;
- Empregos e direitos trabalhistas. Investimento público contra a precariedade do trabalho e para garantir a sustentabilidade da economia popular. Pagamentos das dívidas ao Instituto de Previdência Social do Equador (IESS);
- Parar com a expansão da extração de minérios/petróleo e realização de

auditoria sobre os impactos sócio-ambientais para proteger os territórios, fontes de água e ecossistemas frágeis;

● Respeito aos direitos coletivos como Educação bilingue abrangente, justiça indígena, organização e autodeterminação dos povos indígenas;

● Parar as privatizações do Banco del Pacífico, usinas hidrelétricas, IESS, Corporação Nacional de Telecomunicações (CNT), estradas, Saúde;

● Políticas de controle de preços, fim da especulação dos produtos de necessidades básicas pelos intermediários e fim dos preços abusivos nos supermercados;

● Verba pública e Orçamento para atacar a escassez de medicamentos e de pessoal nos hospitais. Garantir o acesso de jovens ao ensino superior e melhorar a infraestrutura das escolas, faculdades e universidades;

● Segurança, proteção e geração de políticas públicas eficazes que detenham a onda de violência, assassinatos contratados, delinquências, tráficos de drogas, sequestros e do crime organizado que mantém o Equador no medo.